

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

---

ATA Nº 05

**PRESIDENTE - DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO**

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia!

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberto esta Audiência Pública com o objetivo de avaliar o cumprimento das Metas Fiscais do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, relativo ao 3º quadrimestre de 2013.

O Secretário Marcel Cursi neste ato está representado pelo Secretário-Adjunto Vivaldo Lopes.

Em cumprimento ao que preceitua o inciso IV do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, convido para compor a mesa o Sr. Vivaldo Lopes, Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Fazenda, neste ato representando o Secretário Marcel de Souza Cursi; a Srª Flávia de Souza, Superintendente de Orçamento e Finanças da SESP, neste ato representando o Secretário de Estado de Segurança Pública Alexandre Bustamante.

Composta a mesa de honra, coloquemo-nos em posição de respeito para cantarmos o Hino Nacional.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Registramos a honrosa presença das autoridades que gentilmente compareceram: Maria Célia de Oliveira Pereira, Secretária Executiva do Núcleo Fazendário da SEFAZ; Jonil, nosso companheiro e amigo, Secretário Adjunto da Receita Pública; Carlos Alberto Eilert, Conselheiro Estadual de Saúde.

Agradecemos a presença dos servidores da SEPLAN, dos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda, SEFAZ, a presença da imprensa.

Eu estava falando para a imprensa, porque a imprensa me questionou a questão do horário que atrasou o início e eu expliquei que devido ao feriado de ontem, e a maioria dos senhores Deputados são do interior do Estado, eu também, sou de Sinop, há quinhentos quilômetros da Capital, por isso houve um pequeno atraso, bem como a ausência de alguns Parlamentares.

Estou neste ato representando a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e tudo que for apresentado nesta audiência estará sendo gravado será passado para os demais membros da Mesa e também para os membros da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembleia Legislativa. Então, tem a mesma validade.

Tenha tranquilidade porque estamos acompanhando.

Caso haja interesse de alguém da plateia interpelar o Secretário de Estado de Fazenda, ou membro de sua equipe, poderá fazê-lo com prévia inscrição junto ao Cerimonial,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

restringindo os questionamentos ao assunto apresentado, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Convido o senhor Vivaldo Lopes, Secretário-Adjunto do Tesouro, neste ato representando o Secretário de Estado de Fazenda do Estado de Mato Grosso, para apresentar relatório do 3º quadrimestre de 2013.

O SR. VIVALDO LOPES - Bom dia a todos os presentes, imprensa, Deputado Dilmar Dal Bosco.

Vamos fazer uma apresentação mais breve possível, Sr. Deputado.

Basicamente a estrutura da apresentação é um resumo de execução financeira e orçamentária do exercício de 2013, já que o último quadrimestre acumula os dois anteriores.

Está preparada da seguinte forma: vamos sempre comparar a receita planejada com receita realizada, a despesa planejada com a despesa realizada. Faremos ainda outra comparação de como se comportou a receita nas suas diversas estruturas em 2013, comparando com 2012; a mesma coisa com a receita de 2013, comparada com ano de 2012, em valores nominais, não retirada a inflação.

Logo em seguida usamos indicadores de equilíbrio fiscal estabelecido na lei de responsabilidade fiscal.

É importante frisar que todos esses dados já foram entregues para o Tribunal de Contas, estão disponíveis *site* da Secretaria de Estado de Fazenda e no Governo de Mato Grosso e também estão disponibilizados para a Assembleia Legislativa.

Como o Deputado Dilmar Dal Bosco já disse, esta Audiência Pública está sendo gravada, pode ser reprisada, pode ser revista, olhada com mais detalhes e vai ser retransmitida para toda a sociedade.

A Secretaria da Fazenda também não exaure, Deputado, aqui questionamentos que possamos obter, alguns que não conseguimos responder mesmo posteriormente. Ela não é uma Audiência Pública estanque, que termina neste momento. A qualquer momento a sociedade, por *e-mail* ou por contato com vocês pode continuar questionando. Estamos com toda a equipe à disposição.

Eu vou fazer uma apresentação sintética. Aqui tem equipes da SEPLAN e da Fazenda, pessoas da área que controlam a despesa, da área de contabilidade, da área de arrecadação e da área orçamentária. Então, caso haja algum questionamento que eu não consiga solucionar, naturalmente recorrerei aos meus universitários que estão aqui.

(APRESENTAÇÃO COM O AUXÍLIO DO DATASHOW.)

O SR. VIVALDO LOPES - Vamos lá: Receita.

Essa primeira parte é um resumo do que foi a execução da receita em 2013, comparando o que estava previsto. Primeiro o que estava previsto, logo em seguida o que foi efetivamente realizado, depois um comparativo em percentuais.

Em termos gerais, o Orçamento previu uma receita de doze bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões - toda ela, Receita de Capital, Receita de Arrecadação Própria - e houve a realização de treze bilhões e duzentos e oitenta e dois milhões. Então, houve uma realização de 7,7% a mais do que o orçamento previa inicialmente.

No caso da receita tributária propriamente dita, o crescimento foi um pouco maior, 15,4% entre o que o orçamento estava programado e o que foi efetivado.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

---

Transferências correntes são transferências repassadas constitucionalmente ou voluntariamente pela União para o Governo de Mato Grosso. Neste caso, houve um decréscimo, tivemos 2,7% menos que havia planejado inicialmente.

Outro dado que também chama a atenção é a Despesa de Capital.

A Despesa de Capital estava prevista inicialmente em dois bilhões quinhentos e sessenta e nove milhões, foi realizada um pouco menos, um bilhão, quatrocentos e cinquenta e três milhões, 43% a menos.

Essa Despesa de Capital prevista são as operações de crédito, basicamente operações de crédito para a Copa do Mundo, VLT, Arena, MT Integrado, PRODETUR - pelo menos os que eu me lembro de cabeça, não é, Rafael. Basicamente são essas grandes operações que estavam previstas.

E em algumas estava previsto, Deputado, desembolso ao longo de 2013, que por alguma razão burocrática ou por demora para aprovação da operação não aconteceu. Naturalmente vai acontecer em 2014. Então realizou.

Mas mesmo assim nós vamos ver adiante que foi um ano de forte investimento em Mato Grosso, praticamente acho que nós ultrapassamos os dois bilhões de investimentos.

Porque houve liberação de um bilhão e quatrocentos e cinquenta e três milhões em 2013, mas deviam ter alguns resíduos de liberações feitas em 2012 que foram executadas em 2013.

No cômputo geral, a receita teve um decréscimo de 12,4% em relação ao programado inicialmente, a receita orçamentária com as devidas deduções, que são as receitas de capital. Isso basicamente afetado pela diminuição nas receitas de operações de crédito e transferências federais.

Pode passar.

Aqui nós fazemos o comparativo do balanço orçamentário entre o programado e o realizado, e também repete basicamente a mesma coisa. As receitas orçamentárias tiveram um crescimento de 10% no global e no total 27,2% a maior em relação ao programado inicialmente com as devidas deduções.

Desculpem-me. Aqui o comparativo não é entre o realizado e o executado não, mas sim o comparativo de um ano para o outro, como se comportou 2013 comparado com 2012.

Nós tivemos uma realização orçamentária 27,2% a maior do que foi em 2012.

Aqui, no caso da receita, o comparativo entre... Aqui nós detalhamos aquela receita, Deputado Dilmar Dal Bosco, que fica sobre a governança do Estado. É a receita que a Secretaria de Estado de Fazenda tem que arrecadar, basicamente esses quatro grandes itens: ICMS; IPVA; ITCD; IRRF, imposto de renda retido na fonte; e as taxas.

No resultado entre o programado e o realizado, nós tivemos 15,4% a maior nas receitas governadas ou administradas pelo próprio Estado.

No caso da principal receita, ICMS, houve uma projeção de cinco bilhões e quinhentos e quarenta milhões de reais e uma realização de seis bilhões e duzentos e sessenta e quatro milhões de reais.

No IPVA houve também um crescimento, mas o maior crescimento percentual se deu basicamente no ITCD e nas taxas.

O ITCD é um imposto com o qual estamos lutando muito na Secretaria de Fazenda para crescer sua arrecadação. Ele aparece anualmente, ele tem um crescimento médio anual, nos últimos anos, acima de 24%, neste ano especificamente. Mas mesmo assim nós programamos trinta milhões e arrecadamos cinquenta e um milhões. Ele não é tão expressivo em termos absoluto.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

---

Imposto de Renda. Basicamente os sistemas eletrônicos estão sendo aperfeiçoados. O Estado retém na fonte todo o pagamento que ele faz para fornecedores, em que é devido o Imposto de Renda, e também retém na fonte todo o pagamento de Imposto de Renda devido aos seus servidores. Então ali vai aperfeiçoando o sistema eletrônico e melhoramos bem em relação ao programado, teve um crescimento de quase 28%.

As Taxas. De algumas houve o crescimento nominal mesmo e houve o aperfeiçoamento eletrônico também para melhorar a arrecadação de taxas. Aqui são somas de todos os tipos: taxas do DETRAN, do INDEA, serviços do IOMAT, todas as taxas arrecadadas, e a Taxa de Serviços Estaduais - TSE, que é cobrada pela Secretaria de Estado de Fazenda.

Do ponto global, naquelas receitas administradas pelo próprio Estado, através da Secretaria de Estado de Fazenda, houve um bom crescimento, 15,4%. Se deduzirmos uma inflação em torno de 6%, tivemos um crescimento real próximo de 9%.

Aqui já comparado de um ano para o outro. Comparando 2013 com 2012, a arrecadação é um pouco menor. Crescemos 13,7% ao invés de 15%. No caso, também repetem os maiores crescimentos: o ITCO e as taxas que cresceram mais; e o ICMS, que é o principal motor, a principal arrecadação do Estado, cresceu quase 11%.

Aqui passamos para a parte das Transferências Federais, basicamente as constitucionais e as voluntárias. As constitucionais são: FPE, FUNDEB, IPI, Lei Kandir, FEX.

No caso do FPE houve uma programação nossa e quase que empatou. Prevíamos um bilhão e quinhentos e quarenta e cinco milhões e realizamos um bilhão e quinhentos e trinta e sete milhões.

No caso do FUNDEB houve um crescimento de 17%; no caso do SUS houve um crescimento de 19%; na Lei Kandir foi realizado exatamente o que estava programado; e o grande percalço foi o repasse do Fundo de Exportação que é aquele fundo que o Governo Federal repõe para os Estados em função da desoneração das exportações de bens primários e manufaturados.

No caso de Mato Grosso, havia uma programação em recebermos cento e setenta e oito milhões, praticamente cento e setenta e sete milhões, mas foi o primeiro ano, desde que a Lei Kandir está em vigor, que essa receita não entrou no próprio ano. Ela entrou em janeiro de 2014 e não entrou em outubro, como normalmente vinha. Portanto deu um percalço considerável no caixa do Governo, por isso ela frustrou 100%, mas ela aparece em janeiro. Então isso puxou muito para baixo, reduziu muito o percentual.

No caso de convênios, convênios são transferências voluntárias, são convênios que as Secretarias Estaduais fazem com os Ministérios ou com os órgãos federais. E houve um repasse muito menor. Nós programamos em torno de cento e trinta e três milhões de reais e recebemos só sessenta e nove milhões de reais, uma hora por questões burocráticas, certidões aqui ou ali, ou porque do Governo Federal também não havia interesse em repassar em alguns casos. E no total das transferências federais tivemos um decréscimo de quase 3% em relação ao que estava inicialmente no nosso orçamento.

Aqui já com mais detalhes são as receitas que não são de gestão do Governo Estadual. Elas são recolhidas pelo Governo Federal e repassadas para os Estados. No caso do FPE, comparado de um ano para outro, mesmo ficando um pouco abaixo da nossa programação, ele teve um crescimento de 7,5%. No FUNDEB, que é uma parte do recolhimento da educação, também houve um crescimento de 16,2%. E no SUS teve um crescimento apenas de 1%. Na Lei Kandir 0,0% de crescimento, o mesmo do ano anterior. E do FEX a frustração eu já falei anteriormente. Nos convênios também houve um decréscimo considerável de um ano para o outro.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

---

É bom lembrar, com exceção dos 16% de crescimento do FUNDEB e do IPI que foi de 13%, que em todas as demais estivemos negativos. Por quê? Porque esses valores são valores nominais e não estão corrigidos pela inflação. Se você aplicar a inflação, praticamente em todos eles nós recebemos em 2013 menos do que recebemos em 2012 do Governo Federal.

Aqui já é mais um detalhamento de outro tipo de receita: Receita de Contribuição. É uma especificação de receita não dos nossos principais tributos, mas basicamente é a arrecadação da contribuição social; da contribuição previdenciária, a parte patronal e a parte do empregado, que é a principal, de um bilhão e sessenta e um milhões de reais, que ficou bem acima, 22,7% do que havia programado inicialmente. Nós planejamos recolher oitocentos e sessenta e cinco milhões de reais e recolhemos um bilhão e sessenta e um milhões de reais.

E aqui embaixo são receitas não muito expressivas, em que sete milhões estavam programados de receita industrial. Salvo engano da minha parte, Sr. Rafael, foi receita da gráfica da IOMAT, sete milhões de reais. Então basicamente arrecadamos o que estava programado. E de outros tipos de serviços houve um recolhimento um pouco menor, sete ponto... No computo global as Receitas de Contribuições ficaram 20% maior do que a arrecadação, mas basicamente puxadas pela arrecadação previdenciária.

Claro que é um ano que nós tivemos uma entrada muito grande de novos empregados. Em 2013, em função daquele concurso anterior, houve a absorção de vários servidores novos que naturalmente contribuem mais para a arrecadação. E no momento que os planejadores estão fazendo a programação eles não têm a informação de quantos novos servidores de carreira serão contratados no ano seguinte e acabou dando uma arrecadação um pouco maior.

Agora, vamos avaliar sinteticamente as Despesas.

Por favor, Luiz, pode passar.

Também, de forma agregada nós temos uma programação de Despesas, de forma geral, de nove bilhões, quinhentos e dezesseis milhões e ela realizou oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões.

Em linhas gerais, lá em cima é possível verificarmos que do que estava autorizado realizar de Despesa nós realizamos 93%. Dá uma diferença de 7% a menor. É o que nós chamamos de *superávit* orçamentário. Nós tínhamos uma autorização até aquele valor, mas se realizou um pouco menos.

Na parte de pessoal realizou-se 98%; na parte da Dívida realmente aqui teve um valor bem menor entre o programado e o realizado, porque uma parte, Rafael, deve ser feita da renegociação da Dívida. Provavelmente essas projeções foram feitas, ainda, na época da LDO e não se tinha mensurado objetivamente qual impacto daria o refinanciamento da Dívida.

Então, programou-se pagar quatrocentos e seis milhões de juros da dívida. Em 2013 basicamente se pagou duzentos e noventa milhões. Isso deu uma redução considerável.

E outras Despesas Correntes basicamente são o custeio operacional.

No computo global, olhando aqui embaixo, a Amortização da Dívida, também, teve um impacto forte. Nós programamos quatrocentos e quinze e realizamos trezentos e cinquenta e três.

No geral, aqui embaixo é possível verificar que entre a Despesa total programada, de quinze bilhões, cento e sessenta e nove... É claro que aqui tem as chamadas Despesas Intraorçamentárias, Reserva de Contingência.

Mas no computo global, entre o programado e o realizado, nós realizamos 84% das Despesas somente de todos os tipos, inclusive, de investimento.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

---

Aqui mais comparado com o ano anterior: 2012 comparado com 2013.

E se repete novamente: o que gastamos, de forma geral, em 2012, nove bilhões, seiscentos e vinte e cinco, é 8% menor, ou seja, oito bilhões, seiscentos e sessenta e dois.

E aí estão detalhados 12% a menos de pessoal; 37% a menos de juros da Dívida.

Custeio: 35%.

Talvez, seja a grande...

Afora a Dívida, Deputado, aquele fator do qual falei, que não se conseguia programar antecipadamente, o que chama atenção é esse item aqui: Outras Despesas Correntes, onde está o custeio, a despesa administrativa do Governo. Houve uma forte contenção: nós gastamos a menos, comparando um ano para o outro, 35%. De quase quatro bilhões e duzentos num ano para dois bilhões, setecentos e quarenta e um em 2013.

E aí são os investimentos. Aí já aparece o aumento dos investimentos.

Investimentos e inversões são aquelas Despesas de Capital. Já há uma programação até diferente: nós programamos oitocentos e cinquenta e oito milhões e aplicamos dois bilhões, trezentos e setenta e cinco. Uma parte era operações de crédito aprovadas em 2012, com liberações em 2013, e outras que aconteceram em 2013. Por exemplo, o MT Integrado foi um contrato assinado dia 28 dezembro de 2012. Naturalmente, o recurso foi liberado pelo BNDES ao longo de 2013.

E alguns que já estavam autorizados que vinham sendo realizados, como PRODETUR, VLT, ARENA, eram investimentos já contratos que foram desembolsados em 2013. É uma coisa interessante: não é uma despesa governamental. Na verdade, é um investimento. São obras que estão sendo realizadas em todos os setores tanto na Capital como no interior.

No total tivemos uma redução, comparando um ano para outro, nas despesas de 3% mesmo com esse aumento muito grande de investimentos, porque o impacto nas despesas operacionais do Governo a redução foi bem forte, tanto na Dívida como no Custeio.

No caso da Dívida esse valor está alto, um bilhão e setecentos no ano anterior, porque quando foi feito o refinanciamento houve um pagamento de um principal. Primeiro nós pagamos e refinanciou. Por isso, o desembolso é alto! Mas, na verdade, se não fosse o refinanciamento, nós teríamos desembolsado em torno de um bilhão pela Dívida em 2012. Mas em 2013 o impacto foi bem menor.

Despesa total liquidada comparada com o que estava programado: novamente nós temos realizações menores do que estava autorizado inicialmente. Lá em cima temos 91%. Sempre estamos variando entre 91 ou 93% da Despesa autorizada que efetivamente foi realizada.

Na Despesa de Pessoal realizamos 97% e no total realizamos praticamente 80%, apenas, do que estava autorizado, com redução no custeio e principalmente nos encargos e juros da Dívida.

Novamente a comparação de um ano com o outro: aparecem, também, os 8%. Nós tivemos uma redução das despesas Correntes Gerais do Estado em 8, 3%, em 2013, ou seja, a menor que foi em 2014 das Despesas Correntes.

Despesas de Capital, onde tem os investimentos: nós tivemos no geral 6,6% a menor, porque é puxada pela Amortização da Dívida, mas é alavancada para cima pelos investimentos, pelas obras do MT Integrado, VLT Arena e turismo.

Deduzidas as Despesas Intraorçamentárias, em termos gerais, nós tivemos uma realização 6% menor em 2013 nas despesas já computadas: Despesa de Custeio, Despesa de Pessoal, Despesa de Dívida e investimentos.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

---

Esse é um comparativo mais detalhado, Deputado, das Despesas Orçamentárias comparadas com a efetivamente empenhada. De forma geral, é mais detalhado do que estava no quadro anterior. Mas aí já fazemos o quadro junto: as Receitas Correntes de um lado e as Despesa Corrente de outro e as Despesas de Capital.

Então, no computo global demonstramos novamente que tivemos uma Receita um pouco maior do que foi programado na LOA. Houve uma arrecadação um pouco maior do que estava programado sinteticamente falando e a Despesa foi um pouco menor do que havíamos programado. São situações saudáveis. Nós tivemos uma realização de Receita um pouco maior do que planejamos inicialmente e uma Despesa um pouco menor do que planejamos inicialmente, mesmo nessa Despesa, mesmo ela tendo sido afetada pelo aumento de Despesa de Capital, que é o investimento, e pela Amortização da Dívida no momento da renegociação.

Aí a comparação é de um ano para outro e dentro do próprio exercício, de janeiro a dezembro, basicamente a mesma coisa que eu falei, comparando as Receitas Correntes com as Despesas Correntes em cima e Despesa de Capital.

Agora, entramos em Indicadores.

Operações de crédito.

Aqui o que nós previmos de operação de crédito e o que realizou.

Vamos detalhar: nas operações de crédito nós previmos um bilhão, setecentos e sessenta e três milhões, na verdade, realizamos um bilhão, cento e trinta e um milhão, 36% a menos. Novamente, são situações de operações que estão aprovadas e que nós trabalhamos para serem liberadas durante 2013 e nem toda ela aconteceu, apesar, praticamente, de os contratos importantes terem sido assinados.

Houve uma redução de 36% em relação ao que imaginávamos captar dos financiamentos e o que efetivamente aconteceu.

No FETHAB a mesma coisa. Nós prevíamos uma realização de seiscentos e quarenta milhões e fora arrecadado seiscentos e setenta e um milhões.

No caso do FETHAB foi ao contrário, nós programamos uma receita e ela aconteceu um pouco maior. Então, nós tivemos uma arrecadação de 5%, a maior.

Aqui é em valor absoluto. Apesar de não estar a cifra aqui, mas é em valor monetário. Nós arrecadamos trinta milhões a mais do que programamos no FETHAB, 5%.

Convênios nós realizamos bem menos. Nós prevíamos quase seiscentos e setenta milhões e realizamos apenas duzentos e noventa e três milhões de convênios.

No global nós tivemos entre o programado e o realizado 32% a menos de Receita de Capital, Receitas para investimentos.

Vamos ver agora os indicadores que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como Indicadores Objetivos de Avaliação.

O estoque da dívida. Mato Grosso fechou 2012 com um saldo total da sua dívida de quatro bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões e fechou 2013 com cinco bilhões, seiscentos e cinquenta e seis milhões. Houve um crescimento nominal de 25% na dívida.

Naturalmente, isso está ligado com o que foi falado anteriormente, aumentou a dívida porque tomamos novos financiamentos, mas, sempre, todos eles voltados para os investimentos na infraestrutura econômica do Estado.

Aqui embaixo o quanto que programávamos pagar de dívida e o quanto que efetivamente...

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

---

Deputado, aqui já aconteceu o contrário: nós programamos desembolsar 821 milhões para pagamento do serviço da dívida e pagamos 642 milhões. Então, houve uma redução considerável entre o que programamos, praticamente 32% a menos do que estava inicialmente programado para o pagamento da dívida.

Despesa com Pessoal.

O Estado pode ter até 60% da Receita Líquida comprometida com pessoal. A nossa situação está bem menos do que estabelece a lei. Do total de 60% do que podemos comprometer com pessoal das nossas Receitas Líquidas, Mato Grosso está com 53,6%. Está bem menos. Só que estamos muito próximo do chamado limite prudencial.

Acho que são 56, não é Rafael, do limite?

Enfim, somando todos os Poderes - você tem que somar Poderes - o Estado pode ter até 49% da sua Receita Líquida comprometida, nós estamos com 43% ou 44%.

E no caso dos Poderes, o máximo é 11, estão em 9,8%. No global de 60% possíveis que a lei estabelece, nós estamos em torno de 54%. Está dentro do limite? Está.

Mas eu diria que já está no momento de ascender, no mínimo, a luz amarela do semáforo. Por quê? Ao contrário de algumas despesas, a despesa com pessoal, às vezes, sobe em saldos muito grandes.

Para você subir um, dois pontos percentuais, ela se dá de forma abrupta. E mais, na questão de pessoal o histórico no setor público indica que qualquer movimento que se tem de aumento da despesa de meio ponto percentual, para você reduzir 0,1 é um trauma danado.

Há raríssimos casos entre Estados e municípios do País em que você chega a 56% da sua Receita Líquida com pessoal e de um ano para outro você baixa para 55% ou 54%. É muito raro, muito difícil e muito perigoso.

Ah, poderia aumentar muito a arrecadação! Pode ser. Mesmo assim, proporciona... Porque nós estamos falando de valores muito altos, estamos falando de cinco bilhões e duzentos a despesa de pessoal.

Então, é um volume muito grande e nem sempre não é saudável e a sociedade não aceita, mas você reduzir essa relação aumentando o numerador da equação que seria a Receita.

Diríamos aí que estamos numa situação de chegar muito próximo dos limites prudenciais de despesa com pessoal.

Quando embutimos a despesa previdenciária, isso fica mais evidente ainda.

Aqui os valores distribuídos em todos os Poderes. Quanto gasta cada um dos Poderes e, percentualmente, quanto representa cada um deles naqueles... Desculpa! Aqui nós estamos separando só os Poderes, fora o Executivo.

Além do Executivo, nós chamamos os demais Poderes - Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Tribunal de Contas, que têm um limite de 11% e estão distribuídos dessa forma: no total, o Judiciário pode chegar em 5,05%; o Legislativo é 1,77% e está em 1,53%; o Ministério Público pode chegar em 2%, já está em 1,86%; o Tribunal de Contas pode chegar em 1,23%, já está em 1,12%.

Agora, os indicadores da Educação que, também, é um item que nós temos que cumprir pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Constituição Federal determina que tem que se aplicar, no mínimo, 25% da Receita Líquida em Educação ou Ensino Fundamental. E no caso de 2013 nós fechamos com 25,35%. Então, nós atendemos plenamente o que estabelece a Constituição Federal.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

---

No caso da Saúde, também, a Constituição Federal estabelece que o limite mínimo para aplicar nas Despesas de Saúde é 12,00%, nós atingimos, ao fechar o balanço de 2013, 12,57%.

Basicamente são esses os grandes itens, de forma resumida, da situação fiscal do Estado de Mato Grosso.

Os números permitem afirmar, Deputado Dilmar Dal Bosco, que o ano terminou de forma equilibrada; têm alguns indicadores que exigem atenção, prudência e muito cuidado da nossa parte, do Estado de Mato Grosso todo e, particularmente, da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Se há dois itens que merecem atenção muito cuidadosamente da sociedade mato-grossense são as Despesas de Pessoal e as Despesas Previdenciárias do Estado de Mato Grosso, porque são duas Despesas muito grandes. E no caso de Mato Grosso estamos notando um sistema que foi montado que facilita a aposentadoria de empregados, de servidores públicos, e estamos vendo uma renovação de quadros, mas ao mesmo tempo uma saída aumentando a quantidade de pessoas em idade de aposentadoria.

Os dados que olhamos na Secretaria de Administração, que faz a execução da Folha, indicam uma quantidade muito alta de pessoas que já estão com tempo, professor, para aposentar mas ainda estão na ativa. O que significa que a qualquer momento pode-se ter uma leva muito grande de servidores caminhando para a aposentadoria, naturalmente aumentando as despesas previdenciárias.

Então, são esses os itens que eu acho que merecem um pouco mais de cuidado e de atenção.

Fico à disposição, bem como todo o time da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, caso tenham alguma coisa que possamos acrescentar em relação a esse resumo apresentado aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Sr. Vivaldo Lopes.

Pela inscrição, temos o nome do Sr. Carlos Alberto Eilert para fazer questionamentos. Depois eu ponderarei algumas coisas.

Quero também agradecer a presença do Sr. Nasser, do nosso Núcleo Econômico da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Obrigado pela presença.

O SR. CARLOS ALBERTO EILERT - Bom dia a todos.

Sr. Deputado Dilmar Dal Bosco e Sr. Vivaldo Lopes.

Primeiro, Sr. Deputado, quero dizer que fico extremamente estarecido com a forma que o Governo Estadual convida a sociedade civil organizada.

Fui convidado para quinta-feira à tarde, só vi no *site* da Assembleia Legislativa na segunda-feira e, se eu não entro no *site* da Assembleia Legislativa, não saberia que era hoje pela manhã. Então, eu acho que o Estado deveria dar maior publicidade, como demanda a Lei da Transparência Pública, para que a sociedade civil organizada esteja presente.

Eu já fiz essa fala antes e vou continuar mantendo a fala.

Depois de um feriado? Só maluco! Não é isso?

(NESTE MOMENTO SERVIDORA DA SEFAZ DIALOGA COM O SR. CARLOS ALBERTO EILERT FORA DO MICROFONE - INAUDIVEL.)

O SR. CARLOS ALBERTO EILERT - É. Mas o governo tem que fazer o papel dele.

O governo tem que por no *site* da Secretaria de Fazenda...

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

(A SERVIDORA DA SEFAZ DIALOGA NOVAMENTE COM O SR. CARLOS ALBERTO EILERT FORA DO MICROFONE - INAUDIVEL.)

O SR. CARLOS ALBERTO EILERT - Acabei de acessar.

Não.

(A SERVIDORA DA SEFAZ DIALOGA NOVAMENTE COM O SR. CARLOS ALBERTO EILERT FORA DO MICROFONE - INAUDIVEL.)

O SR. CARLOS ALBERTO EILERT - Mas não estava com o prazo regulamentar. Acabei de acessar.

Nem o site da Secretaria de Estado de Fazenda eu consegui acessar - quando o Vivaldo Lopes falou.

Estou dizendo que eu acho que tem que dar maior publicidade.

Vamos chamar o Estado para dentro!

Sr. Vivaldo Lopes, é o seguinte: nós estamos com - e aí é responsabilidade - a Lei Complementar nº 141/2012, que diz no seu art. 49, salvo o melhor juízo, que eu, Conselheiro, assumo as despesas, os riscos dos gastos públicos com a saúde, inclusive sob pena de meus bens estarem ali na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Conselho Estadual de Saúde não aprovou o Relatório Anual de Gestão-RAG 2012, o PPA 2013 e não deve aprovar as contas de 2013 também, o RAG, porque há inconsistência nos pagamentos.

E aí, Deputado, eu fico estarecido quando, em dezembro do ano passado, nós arguimos o Secretário e o Secretário falou assim: “Não, o Estado está *o.k.* com a saúde.”

Nesta semana o jornal *A Gazeta* publica que ele vai terminar de pagar o ano de 2013 até junho deste ano. Então, o Estado não está em dia.

E aparece um *superávit*! Para mim, então, esse *superávit* é de papel. Está faltando dinheiro no Estado. Se o *superávit* é de dois bilhões...

Ora, eu sou um zero à esquerda, mas, se eu tenho dinheiro no caixa... Ou então está fazendo o que a Dilma fez com o Estado, que está se tornando latente, não passou a Lei Kandir, jogou para 2014; o aumento da nossa energia era para janeiro do ano que vem e já tivemos um aumento agora.

Então, nós ficamos jogando com os números.

Em saúde não se joga com números.

Quem anda na ponta, faz visita aos municípios, como eu faço, é de estarecer.

E aí nós olhamos o *Diário Oficial* e lá no *Diário Oficial* está assim, era para ter quitado a dívida em outubro: “ah, não, prorrogamos até maio do ano que vem. Vinte mil reais para Alto Paraguai.” Espera aí! Vinte mil reais? Seis prestações de vinte mil? O Estado não poderia ter repassado? Essa é uma preocupação.

Com relação a outra situação - e nós estávamos até discutindo antes - a Lei Complementar diz que não pode entrar em encargos de aposentado no orçamento da saúde e todo ano...

Eu gostaria de ver os cinco milhões deste ano para a saúde. Eu pago os encargos sociais dos aposentados.

A Lei Complementar nº 141 diz que não pode, não é despesa. Toda despesa com aposentado é do Estado, não da saúde. Está lá na Lei.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

---

E mais uma situação. Salvo melhor juízo, nós conseguimos aprovar em 2006 ou 2007 que o Estado estaria cumprindo um papel no máximo em dez anos, de passar o repasse da saúde de 12% para 15%.

Eu não vou discutir a educação. Lei que foi aprovada é de 35% e está aplicando só 25% da Lei. Esse é um problema da educação. Não está aqui.

Então, eu acho que o Estado tem que começar a olhar porque tem que chegar aos 15%. Eu acho, salvo melhor juízo - foi aprovado nesta Casa -, que chegaria a um ponto não mais 12%, mas de 15%. Teria um percentual mínimo de 15%.

Quero dizer que realmente ficou bem mais fácil entender as coisas, Vivaldo Lopes, porque agora nós conseguimos ter a constância dos anos.

O que eu não pude ver ali foi qual foi o percentual da evolução da folha de 2012 para 2013. Ali faltou. Só colocou valores. Mas eu gostaria de saber quanto a Folha aumentou nos cinquenta e três por cento?

No ano de 2012 era cinquenta. Aumentou três por cento?

Eu também concordo, acho que nós temos que olhar essas coisas, eu acho que o Estado tem que olhar.

Outra situação é que se dá incentivo fiscal para empresas que não investem, dizem que vão investir em Mato Grosso, mas não se faz o contrato e depois nós ficamos sem receber o dinheiro da saúde que deveria ter, do ICMS e dessas coisas todas.

Salvo melhor juízo, nós estamos perdendo na saúde uns duzentos milhões pela forma como tem sido dado incentivos, de mais de um bilhão de reais, às empresas que foram dadas no ano passado.

Então, essas são lutas que nós temos lá no Conselho Estadual de Saúde, que nós temos procurado enxergar melhor.

Nas nossas contas não bate esses doze cinquenta e sete. A saúde ela tem que ser finda em dezembro. O Estado tem que pagar até trinta e um de março, mas só vai pagar lá em junho.

A Lei Complementar também é clara: todos os gastos do ano anterior é até ao final de março. Está escrito na lei. Está escrito na lei. Eu só estou falando da lei.

No art. 19 da Lei Complementar, no § 2º diz assim: “o Governo Estadual manterá o respectivo Conselho de Saúde e Tribunal de Contas informados sobre o montante de recurso previsto para transferência do Estado para os municípios com base no Plano Estadual de Saúde”. Mensal.

Nunca chegou para nós. Estou sendo sincero. Do quadrimestre não vou nem falar.

Esta Casa tem um compromisso sério com a Secretaria Estadual de Saúde. Depois que entrou o Sr. Pedro Henry e o Sr. Vander Fernandes nunca mais foi apresentado o Relatório Quadrimestral, como manda a lei. E a Casa aprova a prestação de conta. Sem passar... Nenhum dos contratos de gestão foi aprovada pelo Conselho, como manda a lei. Então, todos ao limbo.

É nesse sentido que nós queremos colocar.

O Conselho quer ser parceiro. Eu estou aqui falando como Conselheiro - eu já fui Vice-Presidente.

Quero parabenizar porque hoje dá para entender um pouquinho melhor as contas. Para quem entrou aqui em 2006 olhando aquele amontoado de números, que nós não conseguimos nem saber de onde vinha, eu acho que está de parabéns toda Equipe da SEFAZ, que conseguiu melhorar a apresentação das contas do Estado.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

---

Mas eu gostaria de ver um pouquinho mais de divulgação, colocar nos jornais, chamar o povo para vir para dentro desta Casa para pode enxergar. Quer dizer, está aí, olhem, a educação brigava, mas tinha um direito a 35%, agora são só 25%. Não tem ninguém da educação aqui! Eu estou errado? Tem alguém do SINTEP? Cadê do pessoal do SISMA? Vamos escutar os dois sindicatos! Só luta, luta, luta... Mas e aí? Só pegam carona? Desculpem-me, mas pegar carona não dá.

Mas quero dizer que sou um cara que fica olhando lá e tal. Agora, saber que o Governo Dilma aumentou 1% na saúde de Mato Grosso de 2012 para 2013, não tem compromisso nenhum com a Emenda Constitucional nº 29 nem com o cidadão brasileiro! Não foi isso que foi colocado ali? Foi 1%! E aí eu tenho que cobrar do Estado 12% ou 15% e da Prefeitura 15% ou 25%, quando coloca nessa situação.

Então, olha, sinceramente está difícil o compromisso deste Governo com a saúde do nosso País.

No mais, acho que vocês estão de parabéns. E é uma briga feia. Ouviu, Deputado? Porque para arrumar um organograma do Governo, da Secretaria Estadual de Saúde... Eu não sei como a Fazenda pagou em julho do ao passado. Foi mexido no organograma - essa é uma denúncia maravilhosa - saúde! Foram tirados todos os Hospitais Regionais gerenciados pelas OSSs e isso só foi corrigido agora em março de tanto eu falar. Foram quatro publicações em *Diário Oficial*! Como se paga, se o Hospital Regional não faz mais parte do organograma da saúde? O negocio é sério! Podem olhar! Em julho do ano passado os Hospitais Regionais administrados por OSSs não faziam mais parte do organograma da saúde. Só foram retornar agora em março e abril deste ano. Como é que paga? Essa é uma pergunta interessante! Eu estava esperando justamente uma audiência pública dessa natureza para poder fazer e deixar essa pergunta no ar.

Mas o dinheiro está aí. A nossa briga é: os cinco milhões podem vir para a saúde; os duzentos milhões que estão dando de desoneração podem vir para a saúde, e a saúde estaria bem melhor do que a que tenho visto neste Estado. Olha que não estou usando nem carro da saúde, porque, se eu falar para vocês como é que nós ficamos lá, aí é de chorar na Secretaria, porque mexeram no organograma e nem assessoria jurídica nem imprensa nós temos mais, depois que o pessoal entrou lá. Mas estamos lutando para poder mudar, porque antes nos tínhamos. Isso se chamava desmonte, mas tenho certeza que não é o desmonte patrocinado pelo Governo e sim por quem estava antes ali na Secretaria de Saúde, porque nós incomodamos um pouquinho com relação às contas e à aplicação dos recursos. E quando incomoda é dessa natureza.

Muito obrigado. Tenho certeza que estou aqui como a voz do cidadão e gostaria de ver mais gente nessas audiências públicas aqui. *Internet* tem muita gente que não tem. Tem muita gente no Estado de Mato Grosso - rodei quarenta mil quilômetros no ano passado -, e a pessoa não sabe nem que existe um Conselho.

Então, não adianta. “Moço, eu não acesso, não sei.” Por isso acho que tinha que colocar no jornal e a Assembleia Legislativa ajudar. Parabéns aqui. E que pena ter pouca gente, poucos colegas. Até poucos Deputados estão presentes aqui. Acho que poderia ser numa outra ocasião. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Sr. Carlos Alberto..

Eu vou passar ao Secretário Adjunto Vivaldo Lopes novamente para fazer sua explanação.

O SR. VIVALDO LOPES - Professor Carlos, sobre divulgação há um pouco de meia culpa nossa aí. Mas é uma Audiência Pública que não controlamos plenamente. Nós também

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

fomos avisados, apesar de que a data era hoje, e nós nos preparamos. Nós procuramos, dentro das limitações, divulgar, mas absorvo a crítica e vamos tentar na próxima marcar com bastante antecedência e divulgar bem também. É um esforço meio árduo. Eu já presenciei aqui esta Casa cheia depois de um grande esforço nosso de as pessoas virem, mas não é tão simples, não.

Sobre repasse para a saúde, Carlos, é o seguinte.

A Secretaria de Fazenda não entra no operacional sobre como utilizar... Como nós chamamos, nós não entramos no detalhe do gasto. A missão estratégica da Secretaria de Fazenda é garantir no mínimo 12% da receita líquida para a área de saúde. Esse cálculo é objetivo. Todo mundo sabe. Estão claros os índices que compõem a receita corrente líquida, aquilo que é dedutível, e aí calculamos e informamos isso mensalmente ao Tribunal de Contas e também a Secretaria de Saúde.

Repassado esse dinheiro lá para a Saúde, como ela aplica, como a Secretaria ordena essa despesa, nós não controlamos e também não é atividade nossa. Se nós passamos lá, e ele gasta com o pessoal, com despesas internas, se é uma questão intra da Secretaria de Saúde, nós não temos como demonstrar.

O que nós podemos afirmar com absoluta segurança é que o percentual constitucional foi cumprido. Isso é detalhado, demora, os nossos contadores... E mais, Carlos, não deixamos isso só para dezembro. O ajuste é feito mensalmente, exatamente para que evite que em dezembro falte e você tenha que desembolsar um volume muito grande. Então esta é primeira observação.

Outra, Valdir e Rafael estão aqui e podem me ajudar, no cômputo, quando nós fazemos o cômputo do percentual de aplicação dos 12%, nós não consideramos restos a pagar que possam ser pagos em 2014 para efeito do índice.

Tentando traduzir: se nós calculamos 12,57% de percentual para a saúde e as despesas tiverem sido liquidadas e empenhadas até dezembro de 2013 e algumas delas empenhadas e liquidadas em restos a pagar, mas pagas em janeiro, fevereiro ou março, este pagamento não será computado no índice de 2014. Então nós temos, financeira e contabilmente, certeza de que não estamos sobrepondo.

Portanto estes cinco milhões que você está informando, é muito provável que ele não afete o percentual de 2014. Nós cuidamos muito disso, tanto na saúde quanto na educação. Ele pode afetar o fluxo de caixa depois de repassado para lá.

Com relação aos 15% ou aos 12%, há uma batalha antiga aqui no Estado, porque a Constituição Estadual estabelece que o Estado teria que aplicar 35% na educação e 15% na saúde. Mas tem ADIN, isso está sendo questionado no Supremo Tribunal Federal. E o Estado tinha sempre uma dúvida salomônica: qual constituição seguir? A estadual ou a federal? Esta dúvida foi tirada em consulta a Procuradoria-Geral do Estado, em consulta ao Tribunal de Contas e estabeleceram o seguinte: na dúvida, você segue a lei maior, que é a federal.

Então o Estado segue a Constituição Federal, aplicando 12% na saúde e 25% na educação, até que uma decisão superior determine para nós que deva ser diferente.

Em linha geral, é isso.

Sobre os méritos operacionais de o Conselho aprovar coisas, Carlos, o que eu vou repetir é o seguinte: depois de cumprido o dever constitucional, a missão constitucional que a Secretaria da Fazenda tem cumprido de repassar o percentual, como ele é aplicado lá, nós não intervimos, tanto é que nós nem temos assento no Conselho. A Fazenda não tem assento no Conselho Estadual.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

---

Por outro lado compartilho com você a preocupação. Se a lei estabelece que os Conselheiros são solidários com as decisões do Ordenador, naturalmente é preciso ter bastante cuidado. Veja bem, fazendo uma analogia com como estamos hoje em nível federal, o Conselho Estadual de Saúde equivaleria ao que foi o Conselho de Administração da PETROBRÁS. Queira ou não eles aprovaram a aquisição lá. Se hoje estão divergindo, houve e naturalmente responderão tanto quanto os diretores executivos.

O aperfeiçoamento democrático é para isso!

Com relação a maiores detalhes de aplicação do recurso nem eu e nem o time todo, o corpo técnico que está aqui, conseguiria. Não é a nossa praia. Não acompanhamos!

Então, o máximo que posso sugerir talvez, Deputado, é uma Audiência Pública específica onde a Saúde poderá detalhar como estamos fazendo aqui.

Na parte financeira a Secretaria de Estado de Fazenda estará disponível para demonstrar que tem repassado o limite constitucional.

Não sei se deixei algum item sem resposta.

O SR. CARLOS ALBERTO EILERT (FALA FORA DO MICROFONE) - O Governo pode indicar até três. Tem que fazer o convite logo.

O SR. VIVALDO LOPES - Nós já estamos em Conselhos demais.

O SR. CARLOS ALBERTO EILERT - Deputado, só um instante.

Mas o Governo indica três, quatro. Há quatro indicações do Governo e quatro dos prestadores de serviço.

Então, eu vou lutar no Conselho Estadual de Saúde, Deputado, para que um dos representantes do Governo, indicação do Exmº Sr. Governador, seja Secretário de Fazenda, por que não, para termos melhores esclarecimentos. Quando eu tinha o Contador dentro do Conselho era mais fácil. Agora, até isso não temos! Fico eu lá que entendo um pouquinho e o outro que não entende nada.

Eu acho que um dos indicadores nós vamos votar...

Nós mandaremos uma lei propondo mudança para a Assembleia Legislativa e vamos fazer uma indicação, porque acho que é importantíssimo.

Vossa Excelência já até aceitou o convite, então, vamos convidá-lo a ir ao Conselho para melhor esclarecer. Hoje nós estamos - como Vossa Excelência falou - com um pé na frente e outro atrás: Eu aprovo a conta? Mas e aí: não bateu certo? Eu vou pagar essa conta, então?

Era só isso que gostaria de colocar.

Mas Vossas Excelências estão de parabéns. A sugestão de realizar uma Audiência Pública só da Saúde o nosso Deputado poderia encampar e eu me esqueci de falar naquela hora.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Sr. Carlos Alberto Eilert.

Apesar de entender bastante qual é a função, primeiro, da Secretaria de Estado de Administração de fazer todo um esboço do empenho do Estado quanto a sua administração, a sua missão, a sua visão e qual é o objetivo de Governo, eu vejo que o Governo é uma parede, é um prédio. Nós somos eleitos para chegar para governar, mas tem que ter uma programação e uma projeção do que nós queremos para Mato Grosso. E cabe à Secretaria de Estado de Administração, a todos os servidores, realmente, o que nós queremos; qual é o desenvolvimento do meu querido Estado de Mato Grosso.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

---

Quanto à Secretaria de Estado de Fazenda o que eu tenho para comentar, que sempre tenho falado e defendido, é que ela tem uma grande seriedade com tudo o que lhe cabe e lhe é peculiar. É uma Secretaria que trabalha com uma preocupação. O objetivo da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Mato Grosso é ter uma visão da programação para o ano seguinte e fazer de tudo para arrecadar.

Nós, em alguns questionamentos, temos falado que quando se questiona... E foi questionado pelo Sr. Carlos o incentivo fiscal! Ninguém na Assembleia Legislativa é contra os incentivos fiscais, mas, sim, contra a maneira como é concedido incentivo fiscal. Há empresas que há mais de 20 anos saio incentivadas fiscalmente e muitos pequenos empreendedores. Nós vemos uma evolução em vários itens, como a questão das taxas... Hoje, as taxas no Estado de Mato Grosso se tornaram praticamente um ICMS. Hoje, o pequeno empreendedor tem uma grande dificuldade: quando você coloca uma UPF, que foi elevado o seu valor, você coloca uma Taxa de Combate a Incêndio que se tornou um valor fixo. Ficou ruim para o pequeno empreendedor! Se no ano seguinte você não conseguir vender o mesmo produto, a mesma quantidade, já terá prejuízo.

Então, Sr. Vivaldo Lopes, são cuidados! Não significa que a Secretaria de Estado de Fazenda não opere. Ela opera em cima de uma lei estabelecida, aprovada. Mas eu falo que temos que ter um mecanismo e um cuidado com esse setor, porque é um setor que se prejudica muito.

Falando na questão da Saúde, a Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso - o Sr. Vivaldo Lopes falou muito bem - tem uma projeção de arrecadação e repasse ao Secretário de Estado de Saúde, por exemplo, de um bilhão de reais que seja. Ela vai dividir em doze meses e repassar os valores devidos. A gestão que é pífia! A gestão é pífia!

No final do ano retrasado, início do ano passado, nós estávamos falando a mesma coisa. Nós falávamos que o Estado estava devendo aos municípios tantos milhões de reais para a Saúde e para as OSSs ou Hospitais Regionais. Nós estamos na mesma situação. A Secretaria de Estado de Fazenda não tem culpa alguma. Culpa alguma! A culpa é da gestão de Secretaria individualizada.

Nós estamos com os mesmos fatores: devendo para os municípios; devendo às OSSs e nós não nos preocupamos. Hoje, estou com uma pessoa na UTI, em Sinop, e não consigo... Em nenhum lugar se consegue... Nós estamos perdendo pessoas, porque o Governo Federal não quer investir na Saúde com qualidade. Ele quer investir, talvez, em dinheiro na PETROBRÁS, perdendo com a desvalorização, com o decréscimo da PETROBRÁS que está aos olhos de todos os brasileiros e não quer que seja instalada uma CPI para apurar isso.

Então, a nossa grande preocupação é que a Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso tem feito de tudo, Secretário Vivaldo Lopes, para arrecadar e tem distribuído de forma correta a todas as Secretarias, mas não temos a clareza das Secretarias quanto à distribuição.

Eu tenho uma grande preocupação, como Parlamentar, quanto ao aumento salarial. Eu tenho uma grande preocupação com relação a isso como Parlamentar! O Governo que tratou disso deveria ter se sentado com todas as categorias, sido claro, objetivo e dito: para todas as Secretarias eu tenho este bolo para repartir. Eu não posso ultrapassar este bolo. Eu não tenho um bolo e meio. Não tenho dois bolos. Eu só tenho isto!

E aí nós temos uma grande preocupação: o aumento que está tendo quanto à despesa salarial é muito grande! Fica uma grande preocupação para os novos gestores! Um Estado que consegue fazer a renegociação da Dívida, MT Integrado, VLT e outras funções... E fica uma grande preocupação: quem vai governar este Estado vai ter capacidade de pagamento dos servidores públicos? Eu tenho essa grande preocupação!

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS.

---

Então, a Secretaria de Fazenda realmente, Jonil, pode dar parabéns a você, ao Secretário Vivaldo, Maria Célia, a todos que realmente contribuem com o Secretário Marcel. Ele sabe da admiração.

Para o Governo Federal ter dinheiro em caixa no final do ano passado deixou de repassar o Fundo de Exportação, que é importante para todo o Estado.

O que o Sr. Carlos Alberto falou é a mesma coisa, Vivaldo Lopes!

Muitas vezes, nós aparentamos ou colocamos... Não, eu tenho certeza que a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Mato Grosso... Tanto que nesse item colocou que o dinheiro não entrou em 2013. Eu tenho certeza que vocês passam a informação correta. Mesmo o que tem para empenhar ou ser pago em 2014 não poderia entrar nas Despesas. Mas eu fico preocupado, porque o Estado, hoje, tem um *déficit* de, no mínimo, um bilhão de reais. Eu tenho certeza disso!

Então, nós temos certeza que eram dois, mas a Secretaria de Fazenda, no enxugamento da máquina... Pela responsabilidade que têm os servidores da Secretaria de Fazenda fizeram de tudo para enxugar, diminuir isso para que o Estado tivesse uma condição um pouco melhor. Vejo, então, que não tem realmente uma participação.

Então, apesar de poucas pessoas participando desta Audiência Pública, eu tenho certeza que a Secretaria de Fazenda e a Secretaria de Administração estão fazendo corretamente.

A nossa preocupação é realmente com o que o Estado vai deixar do seu legado para a Saúde; o que o Estado vai deixar para a Educação. Nós temos essa grande preocupação!

Então, eu quero agradecer a todos!

Com certeza, tudo o que foi discutido aqui será entregue ao Núcleo Econômico que repassará a todos os Deputados da Comissão e à Mesa Diretora e nós buscaremos mecanismos para auxiliar.

Todos aqui, muitas vezes, nas leis... Tanto que a Lei de repasse à Saúde quando se colocou que ela diminuiria para 10%... Foi um questionamento, inclusive, do Prefeito do Sinop, que é do PMDB, ligado ao Governador. Essa redução foi votada pelos Deputados Estaduais e eu fui voto contrário. Eu fui voto contrário, inclusive, com uma Emenda minha assegurando um percentual de vinte por cento que seria o mesmo valor que estava repassando. O problema é que o critério, não é Secretaria de Fazenda, não é Secretaria de Administração, que se usava dentro da Secretaria de Saúde do Estado era de apadrinhamentos. Esse é o grande fator.

Então, ali foi uma lei de distribuição igualitária para cada município. Eu acho que no mínimo isso nós deveríamos ter.

Agora, nós poderíamos achar um mecanismo de aumentar esse repasse. A minha Emenda não foi acatada, mas, felizmente, o meu voto foi contrário porque vi que diminuía. E mesmo diminuindo, está devendo para os municípios.

Quer fazer mais algum questionamento, Sr. Vivaldo? (PAUSA). Não.

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Muito obrigado pela presença de todos!

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS**  
**METAS FISCAIS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, RELATIVO AO**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2013, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00**  
**HORAS.**

---

- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Ariadne Fabienne e Silva de Jesus;
- Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Nilzalina Couto Marques;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França Daleffe.